



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150565 - RJ (2021/0225164-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : L C DOS S (INTERNADO)
RECORRENTE : M V A
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CORRÉU : A R DOS S

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por L. C. DOS S. e M. V. A. contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0025533-24.2021.8.19.0000).

Consta dos autos que "*Os recorrentes sofreram representação oferecida pelo representante ministerial atuando junto ao Juízo da Vara de Família, da Infância e da Juventude da Comarca de Rio das Ostras – RJ, por supostamente terem cometido fatos análogos aos dispostos nos artigos 33 e 35, ambos da Lei nº 11.343/06.*" (fls. 62)

Alega que antes do término da instrução processual fora determinada a internação provisória, sem se atentar para a primariedade e bons antecedentes dos recorrentes.

Defende que "*(...) a medida aplicada guarda absurda incompatibilidade com os tipos penais imputados na representação ministerial.*" (fls. 63)

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja cassada a decisão de origem e aplicada a medida socioeducativa de liberdade assistida aos recorrentes.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente